



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NO BAIRRO DE SARAMANDAIA E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Rosângela Costa Soares

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

r.angela78@gmail.com

José Cláudio Rocha

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

jrocha@uneb.br

Felipe Rodrigues Bomfim

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

fbomfim@uneb.br

1 INTRODUÇÃO

O tema Movimentos Sociais emerge em todos os movimentos organizados, no sentido das proposições ou solicitações de respostas às grandes desigualdades sociais. Assim, a educação desempenha um importante papel, não apenas por ser ela própria um fator dessas desigualdades, mas, sobretudo, por contribuir na construção dos sujeitos.

Este artigo é resultado das discussões travadas nas orientações da construção da dissertação de mestrado no Programa de Mestrado em Gestão Tecnológica – GESTEC da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o qual analisa a relação dos movimentos sociais urbanos e a luta pelo direito à educação na comunidade de Saramandaia, em Salvador-Bahia, de 1970 a 2015.

O bairro merece destaque por compor uma das 17 comunidades - Arenoso, Arraial do Retiro, Beirú/Tancredo Neves, Cabula, Doron, Engomadeira, Estrada das Barreiras, Fazenda Grande do Retiro, Mara Escura, Narandiba, Novo Horizonte, Pernambués, Resgate, Saboeiro, São Gonçalo do Retiro, Saramandaia e Sussuarana - que é estudada no projeto Turismo de Base Comunitária – TBC Cabula da UNEB, em Salvador, representando a relevância do estudo. Nesse horizonte, o cerne da pesquisa surge do questionamento: Qual é o papel dos movimentos sociais na defesa e na promoção do direito humano à educação básica?

Coaduna-se com Arroyo (2003), ao afirmar que é inegável a contribuição dos movimentos sociais para o processo de reeducação do pensamento educacional no Brasil. Com efeito, torna-se relevante perceber o caráter pedagógico que permeia as ações entre os movimentos sociais e a educação escolar exercida em comunidades carentes.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Desse modo, estudar a relação entre os Movimentos Sociais e a Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa representa a possibilidade de revelar saberes e práticas sociais construídos no interior da comunidade de Saramandaia, a partir dos sentidos atribuídos à luta pela moradia, pela educação e por melhores condições de vida.

Para atingir os objetivos deste artigo e resolução da questão inquietadora, lançam-se mão dos seguintes recursos metodológicos: sustentação teórico-metodológica na abordagem qualitativa; e dispositivos de coleta de dados como levantamento bibliográfico e pesquisa documental. Quanto ao método, entende-se que o fato de conceber uma escola como *locus* de investigação exige considerar: o contexto social, político e econômico, justificando-se, assim, a utilização do método de estudo de caso, referenciado por Robert Yin (2013) e Minayo (1994).

2 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: CONCEPÇÕES

A educação não está limitada apenas à escolarização ministrada em instituições formais, mas abrange os processos educacionais ocorridos durante toda vida, na convivência com as outras pessoas em diversos espaços. Porém nas sociedades modernas, o direito à educação escolar é um elemento central para conquista de outros direitos, sendo, por ela mesma, um fator de inclusão ou exclusão social.

Dessa forma, para que se atinja maior clareza na compreensão da temática “movimentos sociais urbanos e educação”, é necessário, primeiro, compreender a gênese do fenômeno, a pobreza. Maria Carmelita Yazbek (2012), nos alerta para o fato de a pobreza ser parte constitutiva da história do Brasil, assim como os poucos recursos destinados aos serviços voltados para seu enfrentamento. Segundo Yazbek (2012, p. 294): “Nessa história, não se pode esquecer o peso da tradição oligárquica e autoritária, na qual os direitos nunca foram reconhecidos como parâmetros no ordenamento econômico e político da sociedade”.

A autora afirmar que ainda que “os ‘pobres’ são produtos das relações desenvolvidas nas relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria” (YASBEK, 2012, p. 289).

Ao refletir o fenômeno da pobreza, na perspectiva histórico-crítica, verifica-se que nas sociedades pré-capitalistas a pobreza e as desigualdades sempre fizeram parte da estrutura social. Porém é na sociedade capitalista que o aumento de produção altera a configuração



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

social, posto que o aumento da produção não representa diminuição das desigualdades, mas o aumento da exploração do trabalhador pelo sistema de capitalista.

Nessa perspectiva, Milton Santos (2013, p. 18) ressalta que “a pobreza não é uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social”.

Portanto, as formas de enfrentamento da situação de pobreza, na concepção histórico-crítica, estão relacionadas a efetivas mudanças econômicas, sociais e políticas. Mudanças essas que passam, necessariamente, pela organização das classes populares na luta pelos direitos humanos.

Nesse passo, ao refletir sobre as formas de organização, luta e resistência das classes populares contra o modo de produção capitalista, se faz referência a uma condição de classe e, portanto, a uma categoria histórica e socialmente construída, não podendo ser compreendida como um fenômeno natural.

Nesse contexto, surgem os movimentos sociais urbanos como uma das manifestações da questão social, representados pela organização de um determinado grupo de atores sociais, na defesa de seu direito humano à cidade. Os movimentos sociais urbanos lutam contra a forma desigual de acumulação e distribuição dos bens socialmente produzidos pelo sistema capitalista, sobretudo aqueles ligados aos bens de consumo coletivo e aos serviços básicos prestados pelo Estado às classes populares moradoras dos centros urbanos.

Maria da Glória Gohn (2011, p. 13) define os movimentos sociais como “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Ilse Scherer-Warren (2005) também segue essa linha de raciocínio ao definir movimentos sociais como ações coletivas com trajetória e perspectiva analítica que buscam conectar ação política coletiva com a dinamização social.

Por sua vez, Alain Touraine (2006, p. 18) chama atenção sobre a necessidade de não aplicar a noção de movimentos sociais a todo e a qualquer forma de ação coletiva e de conflito e completa: “o essencial é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada” (TOURAINÉ, 2006, p. 18).

Para o autor, falar sobre movimento social “significa colocarmo-nos no ponto de vista dos atores, que são, ao mesmo tempo, conscientes do que têm em comum, ou seja, dos mecanismos de conflitos e dos interesses particulares que os definem uns contra os outros” (TOURAINÉ, 2006, p. 20).



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

No que se refere aos movimentos sociais populares urbanos, Gohn (2005, p. 49) declara que esses são uma das variadas matrizes dos movimentos sociais, assim como mulheres, negros, populares de periferia, pacifistas, político-partidário, sindicatos e religiosos, como uma diferença que representa a continuidade do pensamento e da prática construída pela educação popular.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO BAIRRO DE SARAMANDAIA E A SUA INSERÇÃO NA CIDADE DE SALVADOR

Na década de 1970, a cidade de Salvador vivenciou um significativo aumento populacional e a reestruturação do seu espaço geográfico, fatores que alteraram as configurações sociais, econômicas e administrativas da velha capital baiana. Por um lado, a cidade ganha contornos de uma moderna metrópole, por outro, as distâncias socioeconômicas entre ricos e pobres foram aumentadas.

O resultado desse acentuado distanciamento socioeconômico entre a população pobre e as classes média e alta foi refletido em mobilizações, da população empobrecida, pelo direito à cidade, à educação, à infraestrutura urbana e a serviços básicos. Em seus estudos sobre a pobreza e a marginalização, Gey Espinheira e Antônio Soares (2006) relacionam a atual organização do espaço geográfico de Salvador a aspectos principais: o econômico e político, e outro ao considerável aumento populacional, iniciado na década de 1970.

Os aspectos econômicos e políticos decorrem a partir do redirecionamento do centro econômico tradicional situado no bairro do Comércio, “que perde gradativamente sua função polarizadora com a instalação do Shopping Iguatemi”, em 1975; a transferência do centro político da capital do Pelourinho para o moderno Centro Administrativo da Bahia (CAB), construído na década de 1970, na área norte da cidade e a construção do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) interligado ao Centro Industrial de Aratu (CIA), conectando a capital à sua região metropolitana, o que enfraqueceu a velha região industrial situada na Cidade Baixa.

O segundo aspecto está relacionado ao aumento demográfico da cidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Salvador, na década de 1970, quase dobrou em relação à década de 1960. Passando de 693.801 habitantes nos anos de 1960 para 1.147.821 habitantes nos anos de 1970.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

A explosão demográfica ocorrida em Salvador está diretamente relacionada à instalação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945; da Refinaria Landolfo Alves (RLAM), em 1950, e aos complexos industriais de Aratu, em 1967, localizados na Região Metropolitana de Salvador (RMS), além das grandes obras de urbanização e construção de equipamentos públicos na cidade, a partir da década de 1970.

Em decorrência desse acelerado desenvolvimento, chega a Salvador um grande número de pessoas motivadas pela oferta de emprego, profissionais com e sem qualificação. Os qualificados, oriundos da classe média e alta vindos de outros estados, assim como da classe média local que surgia com o desenvolvimento industrial do Estado e com as grandes obras públicas, passam a solicitar moradias, exigindo da construção civil novos empreendimentos.

Os profissionais não qualificados, moradores dos territórios populares, além dos desempregados, sem escolarização, vindos do interior do estado e das áreas empobrecidas da cidade, sem dinheiro para comprar um lote de terra legalizado, passam a invadir ou a comprar, de terceiros, terrenos ilegais, dando início a um complexo e resistente processo de luta pelo direito à cidade e a todos os seus serviços.

A esse respeito, Espinheira e Soares (2006) compreendem os territórios populares “como os espaços pobres e informais, aqueles ilegais juridicamente ou fruto de dissimulados projetos públicos de reurbanização popular”. Esses territórios são compostos por pessoas pobres, negras, assalariadas, trabalhadoras do mercado informal e desempregadas, aglomeradas nas áreas situadas ao norte, ao centro e ao oeste de Salvador.

Na concepção de território popular, proposta por Gey Espinheira e Antônio Soares (2006) estão as favelas ou invasões, espaços que apresentam “precariedade da urbanização e da moradia, e ilegalidade na ocupação do lote”. O morador da favela ou de invasões é primeiro um invasor, um favelado, portanto, “aquele que tentou contra a propriedade privada e ilegalmente se estabeleceu naquele local” (ESPINHEIRA; SOARES, 2006).

Na mesma linha de raciocínio, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na publicação do Censo Demográfico de 2010, classifica favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos e palafitas, entre outros, como aglomerados subnormais, irregulares, existentes no país. Mike Davis (2006, p.33) destaca em seu livro sobre *slum*, palavra inglesa que significa favela, a definição oficial elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2002: a favela é “caracterizada por excesso de



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e a condições sanitárias, e à insegurança da posse de moradia”.

O autor chama atenção que a definição construída pela ONU não cita as condições sociais, por serem mais específicas e, portanto, difíceis de qualificar. Embora para Davis (2006), as circunstâncias e a marginalidade econômica e social sejam igualmente vividas na maioria das favelas em todos os lugares do mundo.

Nesse contexto, está inserida a antiga invasão ou favela de Saramandaia, hoje, bairro de Saramandaia. Originada em meados da década de 1970, em uma área desapropriada pela prefeitura, com intenção de ali colocar a Ceasa, posteriormente foi considerada inepta e abandonada. Localiza-se na região do novo centro econômico da cidade, na Avenida Antônio Carlos Magalhães, nas áreas circunvizinhas ao Departamento de Trânsito da Bahia (DETRAN) implantado em 1973, e ao novo terminal rodoviário ativado em 1974 e ao Shopping Iguatemi, hoje Shopping da Bahia, inaugurado em 1975.

Figura 1- Invasão de Saramandaia, ao fundo Terminal Rodoviário de Salvador-BA,1978



Fonte: Acervo Público da Prefeitura Municipal de Salvador, Bahia (1978).

Essa localidade, que foi batizada com um nome irônico, devido à grande diversidade de formigas ali existente, da fictícia cidade de Saramandaia, da novela de Dias Gomes, exibida em 1976, nasceu espontaneamente na década de 1970, com a invasão de uma fazenda situada atrás da nova rodoviária, o Fazendão Pompilho.

Segundo estudos do setor de informação da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), de 08 de maio de 1980, a invasão de Saramandaia era composta por uma população de 7.500



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

habitantes, com densidade de 364 hab/há, distribuídos em uma área total de 434.886 m² de propriedade da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, conforme Decreto de Desapropriação nº 20.869 de 1 de setembro de 1968, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, no Governo de Luiz Viana Filho:

A invasão de Saramandaia situa-se em área de topografia acidentada, composta de quatro morros e dois vales. Ao Norte é limitada pela faixa de domínio de segurança da CHESF; ao sul, Estação Rodoviária e DETRAN; a leste, terreno de particular (sem informação de proprietário) ao longo do qual se desenvolve uma via de pedestre denominada Rua da Mangueira; a oeste, início da encosta de um espigão de propriedade ainda não identificada. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR, 1980).

Em relação à educação, a comunidade contava com a Escola Nossa Senhora das Mercês, escola comunitária que atendia, gratuitamente, a 100 crianças de até 6 anos de idade, nos turnos matutino e vespertino, em duas salas de aula, com a colaboração de três professoras leigas e uma funcionária de apoio responsável pela higienização do espaço e pela produção da merenda que era oferecida diariamente para as crianças, graças à doação feita por pessoas.

Com uma demanda de 1.920 pessoas em idade escolar e apenas 380 atendidos, os moradores começam a se mobilizar nas associações do bairro para exigir dos poderes públicos a construção de escolas, além de outros serviços essenciais como energia elétrica, posto de saúde e urbanização.

Com o intuito de revelar essa história, tirando-a da invisibilidade social e protegendo o patrimônio imaterial dessa comunidade e sua identidade, busca-se reconhecer e valorizar as dimensões históricas e políticas do lugar nas quais os sujeitos estão construindo suas histórias. Dessa forma, o percurso escolhido inspira-se no enfoque crítico-dialético em que a produção social do conhecimento se dá em sociedade, na comunhão entre os homens e mulheres, de quem, por determinações diversas, encontram-se na Comunidade de Saramandaia.



3.1 A REIVINDICAÇÃO EM FACE AO ESTADO: CONSTRUINDO A ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA

As reivindicações pela construção de escolas públicas em Saramandaia, assim como todos os equipamentos públicos ali instalados, fizeram e fazem parte de uma conscientização política de sua população iniciada na década de 1970, por um grupo de missionários da Igreja Católica, liderados por Adalgisa Maia, que ao deparar-se com a situação de extrema pobreza vivida pelos moradores de Saramandaia, atendeu ao chamado de *Puebla*, assumindo o compromisso de ser a primeira professora a denunciar a condição de marginalidade, violação de direitos e invisibilidade da comunidade.

Com a saída de Tia Gisa, de Saramandaia, a Monja Madre Paula, Irmã Paula, cria a Associação de Pais e Mestres, para assegurar à continuidade da Escola Nossa Senhora das Mercês a criação de mais duas escolas comunitárias, a Escola Nossa de Lourdes e a Escola São Francisco de Assis, que funcionavam graças ao trabalho das mulheres e das mães da comunidade.

Mas o trabalho nas escolas comunitárias não se limitou à educação das crianças, mas motivou a conscientização política das mulheres que se organizavam para garantir a alimentação diária das crianças com ajuda dos grandes estabelecimentos comerciais da capital que ajudaram no atendimento às exigências legais para obterem gêneros alimentícios do poder público.

Como resultados desse movimento de organização dos moradores, surgiram as primeiras associações que reivindicavam do Estado a implantação de serviços e equipamentos coletivos. Em 1985, após várias mobilizações lideradas pela Associação Beneficente de Senhoras, a Secretaria Educação de Salvador constrói a primeira escola no bairro, a Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa.

Marisa, líder comunitária, atuante na década de 1980, relatou em entrevista ao Livro Caminho das Águas, em Salvador (2010), como a comunidade reivindicou a construção da primeira escola pública, Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa, que veio em seguida à anterior Escola Comunitária Nossa Senhora das Mercês, originária da Escolinha da Tia Gisa:

[...] gente queria falar com o secretário de educação. Chegamos cedo e diziam que ele não estava. Ficamos na porta do gabinete e nada... Mandamos comprar pão e pedimos água para o lanche. Depois de muitas negativas, o secretário saiu da sala e foi ao banheiro, a gente foi atrás e quando ele saiu não teve jeito, levou todo mundo para o gabinete e assim conseguimos a escola. (SANTOS et al., 2010).



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Saramandaia, hoje, possui uma população de 12 mil habitantes, sendo 89,59% de cor ou raça negra (IBGE, 2010), que ainda convivem com a falta de infraestrutura e saneamento básico, alto nível de violência e uma das mais altas taxas de analfabetismo entre a população com 15 anos ou mais de idade, da capital baiana 10,21%, segundo dados do IBGE, (2010).

Para atender a essa demanda, o bairro conta com duas escolas municipais de anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que uma atende aos alunos da Educação de Jovens e Adultos no turno noturno, totalizando 780 vagas; três escolas comunitárias de Educação Infantil e seis escolas particulares de anos iniciais do Ensino Fundamental.

No bairro de Pernambués, que fica próximo à Saramandaia, há duas escolas estaduais que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, todavia nem todas as pessoas podem frequentar essas escolas, devido à guerra entre facções criminosas existentes entre as duas localidades.

Nota-se que as vagas existentes nas instituições de ensino não atendem à demanda de alunos que necessitam de educação básica em Saramandaia, representando um problema grave para o exercício da cidadania. A Defensoria Pública (DP-BA) instaurou um procedimento para apurar se há omissão do município de Salvador na oferta de vagas para educação infantil, no seguimento creche, que abarca crianças de 0 a 3 anos, nos bairros de Pernambués e Saramandaia.

Segundo informações dos líderes comunitários, a DP-BA foi informada sobre a falta de vagas pelos defensores públicos da área da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Tutelar de Pernambués, assim como por moradores durante um mutirão realizado no bairro.

Vemos, assim, que a luta dos moradores de Saramandaia pelo direito humano à educação não acabou. Agora, é preciso lutar pelo direito de matricular os filhos em escolas que ofertem toda a Educação Básica dentro do bairro, além das condições necessárias para permanecerem e prosseguirem nos estudos.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MARISA BAQUEIRO COSTA

Ao descrever a unidade de ensino, buscou-se fundamentação sociológica para análise da escola, enquanto *locus* privilegiado de produção sistematizada do saber (MORAES; OLIVEIRA; DOURADO, 2006). A escola precisa ser organizada, no sentido de que suas ações, que devem ser eminentemente educativas, atinjam os objetivos da instituição de formar sujeitos concretos: participativos, críticos e criativos.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Na perspectiva de compreender o agir e o potencial de transformação da educação, escolhemos a Escola Municipal Marisa Baqueiro Costa para ser o *locus* da pesquisa. Fundada em abril de 1985, no Bairro de Saramandaia, área central e valorizada da capital baiana, vizinho ao Terminal Rodoviário, ao DETRAN e aos maiores *shoppings* da cidade.

O bairro, embora esteja em uma localização central, tem a unidade escolar classificada, pelo Decreto Municipal de Salvador nº 18.310, de 24 de abril de 2008, como de difícil acesso ou periférica, por preencher os seguintes requisitos:

Art. 2º. Para efeito de enquadramento das Unidades de Educação do Município em zona periférica ou local de difícil acesso são condições determinantes:

- a) via pública não pavimentada;
- b) acesso por via de difícil trafegabilidade com veículos automotores em dias de chuva;
- c) acesso por apenas uma linha de transporte coletivo com tempo de percurso superior a 60 (sessenta) minutos do terminal até a unidade de ensino;
- d) acesso à unidade de ensino, obrigatoriamente, através de percurso a pé, com distância percorrida superior a 500 (quinhentos) metros.

A estrutura interna da escola é composta por uma 1 secretaria; 3 banheiros; 1 pátio; 4 salas de aulas e 12 turmas distribuídas em três turnos. Nos turnos matutino e vespertino, a escola atende a 255 crianças e adolescentes no Ensino Fundamental I (anos iniciais); no turno noturno, a 120 alunos com 15 ou mais anos de idade, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) anos iniciais.

O quadro de funcionários de apoio da unidade escolar é formado por 4 porteiros; 4 auxiliares de serviços gerais; 2 merendeiras e 3 agentes-administrativas. O quadro do magistério é formado por 5 professores e 2 coordenadoras pedagógicas, todos concursados e 2 estagiários de pedagogia. A equipe gestora, eleita pela comunidade, em 2014, é composta por 1 diretora e 2 vice-diretoras.

Os pais e alunos são representados pelo Conselho Escolar, mas têm uma atuação pontual, sendo acionados apenas para aprovação dos gastos da escola e devolução de professores ao órgão central. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) está desatualizado e não se percebeu a democratização do espaço escolar com a efetiva atuação do Conselho Escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, volta-se à questão inicial: Qual é o papel dos movimentos sociais na defesa e promoção do direito humano à educação básica?



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Sobre esse questionamento Miguel Arroyo (2003, p. 32) argumenta que “os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como têm agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade”. O autor destaca que “a luta pela vida educa, por ser o direito mais radical da condição humana” (ARROYO, 2003, p.32).

Finalmente, espera-se ter conseguido demonstrar que a construção e a ampliação de escolas públicas, na localidade pesquisada, foram e são o produto de uma postura política refletida na organização de seus moradores. Essa organização se traduz na conquista de escolas, na ampliação de vagas e na compreensão de que as coisas não são dadas, mas conquistadas na luta diária pelo direito de ser cidadão.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? In: **Revista Currículo sem Fronteira**. Universidade Federal de Minas Gerais, 3.v, n. 1, p. 28-49, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, Lei nº 9394/96. Publicada no diário Oficial da União de 17 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CENSO DEMOGRÁFICO 1960. Disponível em:<HYPERLINKhttp://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t8_ba.pdf>. Acesso em: 09 abril 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970. Disponível em: <HYPERLINKhttp://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t13_ba.pdf>. Acesso em: 09 abril 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Disponível em:<HYPERLINKhttp://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n15_ba.pdf>. Acesso em: 09 abril 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <HYPERLINKhttp://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm>. Acesso em: 09 abril 2016.

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

ESPINHEIRA, G.; SOARES, A. M. C. Pobreza e marginalização: um estudo da concentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil. In: XV Nacional de Estudos Populacionais, abep, Caxambú- MG, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_266.pdf>. Acesso 02 de abril. 2016.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos novos atores sociais. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

OLIVEIRA, J.F.; MORAES, K. N.; DOURADO, L. F. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa escola de gestores da educação básica**. Brasília, 2006.

SALVADOR, Decreto nº18.310, de 24 de abril de 2008. Dispõe sobre unidade escolar de difícil acesso ou periferia. Salvador, 2008.

SALVADOR. **Setor de informação Municipal de Salvador**. Salvador, maio de 1980.

SANTOS, E. et al. **O caminho das águas em Salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SILVA, A. **Saramandaia**: histórias de areia e lama. São Paulo: O Recado, 1980.

TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e estado**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan. /abr. 2006.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr. / jun. 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2013.